

A Semana de...



MIGUEL LARANJEIRO

O Estado e o social

Nas Jornadas Parlamentares do PS foi muito clara a defesa do **estado social** como factor agregador e solidário. A educação deve continuar a ter uma escola pública cada vez mais relevante e exigente; a saúde deve continuar a contar com um serviço nacional de qualidade; a segurança social deve ter uma base solidária e, por isso, necessariamente pública.

Eu quero que todos possam ter acesso à melhor escola e não formar guetos educativos; quero que todos os cidadãos possam ter acesso ao melhor que é idealizado e investigado na área da saúde; quero que a segurança social não seja posta no jogo da bolsa e dos especuladores. Pelo que se vai lendo das propostas liberais do PSD está-se a afigurar um tempo novo no debate sobre o papel do Estado. Ainda bem. Nada é imutável, mas há princípios de convivência colectiva que não devemos colocar em causa, correndo o risco de tornarmo-nos numa sociedade menos justa e equitativa. O desafio deve ser o de desenvolver o estado social (com origens no final da II Guerra Mundial), actualizando-o certamente, mas não como o desmantelar, mesmo que este desmantelamento seja proposto com mãos de veludo e palavras mansas.

No Parlamento foram aprovadas algumas alterações relativas à legislação da **cogeração** – produção de energia eléctrica e vapor através de energia primária (fuel ou gás natural). Essas alterações foram praticamente todas consensualizadas num grupo de trabalho que tive o privilégio de coordenar, depois das apreciações parlamentares do PCP e PSD. As modificações foram sobretudo no sentido de diferenciar as mega cogerações (algumas com 100 MW) daquelas que estão associadas a indústrias transformadoras e com uma dimensão muito menor. Isso foi conseguido através de algumas modificações e com o acordo e participação activa do Partido Socialista. Não são alterações para nenhum sector específico, pois abrangem todos, mas no que nos diz mais directamente respeito englobam um conjunto importante de empresas do sector têxtil, o que é certamente importante para a região.

Parece que alguns grupos parlamentares da oposição não gostaram de ver a última **Assembleia Municipal** terminar com uma única reunião. Pensei que seria o contrário. Isto é, que todos os partidos desejassem usar com eficácia o tempo destinado, cumprindo escrupulosamente o regimento. Não havendo diminuição do debate, que pugno como essencial, faria algum sentido ficar dois únicos pontos para uma nova reunião? Continuo a considerar que não.